

O ANTIMIL: o setor militar – origens de uma organização

Paulo Ribeiro da Cunha*

Resumo:

O objetivo deste ensaio é recuperar a trajetória de uma organização clandestina que, apesar de ter sido bastante atuante e muito citada pela literatura acadêmica, permaneceu pouco visível na história brasileira: o Setor Militar do PCB ou Antimil. A particularidade desta proposta é apreender sua estrutura organizacional, no processo de intervenção nas Forças Armadas entre 1929 e 1945, sem a pretensão de avaliar sua eficiência revolucionária ou todos os cenários em que esteve envolvida, devido à falta de documentação e estudos específicos. O resgate de sua configuração histórica, como organização na estrutura partidária, resultou de exaustivas pesquisas e da narração de alguns de seus membros.

Palavras-chave: Antimil. Esquerda Militar. PCB.

ANTIMIL: The military sector – origins of an organization

Abstract:

The objective of this essay is to examine the trajectory of a clandestine organization that, despite being rather active and frequently cited by the academic literature, has not been very visible in Brazilian history: the Military Sector of the PCB, or Antimil. The particularity of this project is to learn about Antimil's organizational structure in the process of intervening in the Armed Forces between 1929 and 1945. It does not pretend to evaluate its revolutionary efficacy or all the situations in which it was involved, due to the lack of documentation and specific studies. The revelation of its historical configuration, as an organization in the party structure, is the result of exhaustive research and the narratives of some of its members.

Keywords: Antimil. Military Left. PCB.

A compreensão histórica do Setor Militar do PCB¹ está intimamente ligada à intervenção dos Partidos Comunistas entre os militares, a partir de seus projetos e compreensão dos processos revolucionários. Este pressuposto esteve presente nas teses dos vários Congressos da Internacional Comunista (IC), onde inclusive foi destacado seu caráter repressivo (como órgão de um estado burguês) e criti-

*Professor de Teoria Política da Unesp, Campus de Marília; Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. End. eletrônico: prrcunha@uol.com.br

¹Desde sua fundação em 1922 até 1961, o Partido Comunista do Brasil tinha como sigla PCB, sendo que, em 1962, com a cisão, passaram a existir o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dado que o componente militar majoritariamente seguiu Prestes após cisão, utilizarei a denominação primeira PCB para efeito de compreensão quanto ao ator político preferencial.

cadadas suas estratégias de organização quanto à necessidade de organizar sovietes nas Forças Armadas. Aliás, nas teses iniciais da IC- Internacional Comunista há poucos apontamentos sobre a necessidade de organizações clandestinas entre os militares, pois considerando o caráter de classe da revolução, compreendia-se que esta intervenção deveria ser desenvolvida de forma ilegal, à espera da eclosão revolucionária². No conjunto, não havia mais que algumas linhas sobre este ponto específico.

Entretanto, em outubro de 1929, pouco antes das deliberações do III Pleno do Comitê Central, os comunistas brasileiros receberam a orientação de se criar o *Antimil*³. Coube a Leôncio Basbaum, membro do Comitê Central e à frente do Congresso da Juventude Comunista do Brasil (JCB), a tarefa de incluir o “trabalho antimil” na agenda política e organizacional da entidade. A orientação da IC (Broué, 2007: 776) continha um duplo significado: realizar propaganda política a partir da Juventude Comunista junto às Forças Armadas; e pavimentar uma estratégia mais específica com os militares.

Denominado *Comitê Militar*, foi no Brasil a primeira iniciativa de intervenção orgânica à esquerda nas Forças Armadas. Embora as informações sejam esparsas, especialmente sobre sua estrutura inicial, Basbaum (1978) chama atenção em suas memórias que o setor contava com cinco membros, tendo por objetivo maior manter e estreitar relações com oficiais envolvidos nas conspirações; estar alerta para quando eclodisse a terceira explosão revolucionária; e dela participar de armas na mão, organizando formações paramilitares, a exemplo da Rote Front alemã. Há algumas referências sobre suas atividades junto à Marinha de Guerra; sobre reuniões com militares do Exército (uma com a presença de Cordeiro de Farias e Estilac Leal); e algumas pistas de uma intervenção junto aos baixos escalões das Forças Armadas, por meio de células. Em alguns navios de guerra ou junto aos fuzileiros navais, o contato era estabelecido através de uma alfaiataria militar cujo proprietário era do PCB, localizada em frente ao prédio do Ministério da Marinha. Sem despertar suspeitas, ali se passava o material partidário dentro de um jornal, sugerindo algo normal.

²Não há muitas informações disponíveis sobre a IC, especialmente sobre esse tópico. Para esse ensaio, recorreu-se às informações de alguns documentos das teses de uma edição em 03 volumes em português com uma introdução de Tau Golin e dos volumes elaborados por Pierre Broué, ambos citados na bibliografia.

³Ao longo de sua história, o setor foi conhecido por Setor Mil, Antimil (diminutivo de antimilitarista); tendo no Brasil como primeira denominação, Comitê Militar e em 35, alguns se referiam como Comitê Militar Revolucionário. Curiosamente, as gerações de militares recentes utilizavam mais a expressão Setor Mil.

A singularidade desta organização é destacada em vários trabalhos, alguns bem recentes. Enquanto esteve à frente, somente Basbaum (1978) tinha contatos com os membros de uma célula e, face à situação de estrita clandestinidade que caracterizou o Setor Militar nas décadas seguintes, a cautela era necessária. Reuniões eram realizadas em locais diferentes, inclusive na praia, ou em horários de *rush*, geralmente com uma única pessoa de contato, quando então era entregue o material informativo, trocavam-se informações e se passava a orientação partidária. Um dos instrumentos utilizados nesse processo foi um jornal, talvez um dos primeiros dirigidos aos militares, *O Triângulo de Ferro*, cujo emblema era um desenho em que apareciam de mãos dadas um operário, um camponês e um soldado. A figura de um marinheiro seria posteriormente incluída neste logotipo e o jornal adotaria outro nome, *União de Ferro*, constituindo uma referência entre os militares até 1935⁴.

Pouco tempo depois, devido às tensas relações com a linha política oficial do Partido Comunista, mas ainda à frente do Setor Militar, Basbaum realizou sua última tarefa em São Paulo. O historiador que registrou o fato relata que o encontro ocorreu com um oficial do Exército em um apartamento repleto de bombas caseiras e, sem fornecer maiores detalhes, registrou o esforço para o ocultamento daquele material. Depois desse evento, não há maiores informações sobre a relação de Basbaum com o Antimil ou os militares, salvo o isolado registro de uma palestra sobre estas atividades para Bureau Sul Americano da IC, sediado no Uruguai.

Ainda há várias lacunas e polêmicas sobre a interpretação da primeira experiência do Setor Militar no Brasil, o que inclui o fato de não ter sido valorizada por Luiz Carlos Prestes. Com a expulsão de Basbaum do PCB (entre 1934 e 36) e o aborto da projetada revolução tenentista, o Comitê Militar foi dissolvido, ou seja, os vínculos da direção com os militares. O Setor Militar permaneceu, assim como alguns de seus pressupostos, como a continuidade do trabalho reservado e clandestino.

Outros Assistentes Políticos assumiram o Setor, com os militares à frente e a com a recuperação do projeto inicial de intervenção orgânica juntos às Forças Armadas- seguramente mais militarizados. Sua atuação foi mais conhecida até 1935, pois com a adesão de Prestes ao comunismo (1934) e a consequente

⁴Não há informações se *União de Ferro* foi o primeiro periódico para intervir junto às Forças Armadas e nem dados sobre sua periodicidade e tiragem ao longo dos anos seguintes. Foram vários os jornais do PCB que procuraram intervir junto aos militares, alguns deles específicos de uma das armas como *O Soldado Vermelho* (Rio de Janeiro), publicado em meados dos anos 30. Há uma referência sobre o *Sentinela Vermelha* direcionado aos militares em São Paulo, especialmente os policiais da Força Pública e Guarda Civil.

entrada de muitos militares no PCB, o Antimil foi o setor partidário que exponencialmente mais cresceu, com muitos deles na composição do Comitê Central (Vianna, 2007: 396; Chilcote, 1982: 382; Maffei, 1984: 66).

Todavia, há lacunas importantes para apreender esta organização no período de 1930 a 1935. Inicialmente, vale registrar que não há conhecimento de outro nome que ficasse diretamente responsável pelo Antimil, como Basbaum, na fase anterior, e Almir Neves, na fase posterior dos anos 50. Portanto, vale considerar a hipótese de haver uma razoável autonomia do Setor Militar em relação ao Comitê Central, mesmo no Rio de Janeiro. Outro dado é que, entre 1929 e 1935, o PCB teve oito dirigentes à frente da Secretária Geral. O fato de estar à parte da estrutura partidária e o seu caráter de clandestinidade contribuíram para a preservação e, principalmente, a autonomia do Antimil. Entretanto, sobre essa hipótese, há outros aspectos a serem considerados.

Além da rotatividade na Secretária Geral, muitos dirigentes que estavam à frente do PCB eram bem pouco confiáveis em suas análises. Um deles, Miranda, muito influente e que assumiu a Secretaria Geral em 1934, ficou famoso pela análise de exponencialização comunista nas Forças Armadas, algo que os fatos demonstraram o seu total desconhecimento da situação política, embora seus informes fossem aceitos com credibilidade por Prestes e a IC. Em um dos documentos do final de 1934, há o registro de uma situação na Marinha e no Exército muito questionável quanto à efetiva presença dos comunistas entre os militares. Contudo, a exposição com grande convicção (a palavra de um Secretário Geral não era objeto de questionamento) induziu os membros da IC a entender que o Brasil estava numa situação pré-revolucionária. De fato, havia células nas Forças Armadas e na polícia, mas nada próximo a uma influência em 70% do Exército, como relatado à IC (Zimbarg, 2002: 107).

Na Marinha, não há referências específicas maiores, além da situação pré-revolucionária exposta por Miranda, ainda que houvesse uma radicalidade política entre os militares, com freqüentes revoltas em guarnições pelo país. Mas, pelos dados disponíveis, percebe-se que o Antimil alcançou razoável grau de organização no Rio de Janeiro, Recife e Natal, onde eclodiria o movimento de 35, com uma presença ativa e, independentemente dos resultados, com algum grau de eficiência. Há também uma curiosa e simbiótica relação.

O levante foi capitaneado por militares comunistas em Recife e Natal. Alguns tiveram sua formação à esquerda no Rio de Janeiro, onde o Antimil alcançou uma maior vascularização. Podem ser consideradas algumas razões para esse fato: o Rio de Janeiro foi palco de muitas revoltas tenentistas; tinha o maior contingente do Exército; era o local em que o PCB (apesar de ser um partido nacional) tinha bases sociais mais profundas, com algumas ramificações anteriores entre seus

militantes e os militares. A literatura acadêmica também demonstra que a Escola Militar era um palco de debates e o papel da instituição na formação à esquerda de muitos oficiais que se formaram como membros do PCB (Carvalho, 1988). Não coincidentemente, alguns deles foram posteriormente designados para servir nas unidades militares de Natal e Recife, à frente do levante.

No processo revolucionário em Natal, alguns suboficiais comunistas tiveram destacada atuação. Antes do levante, houve as adesões do Sargento Quintino e do Cabo Giocondo Dias -futuro Secretário Geral do PCB. Paralelamente, ingressaram no partido doze cabos e cinco sargentos, além da formação de uma atuante célula no 21 BC. Dirigida pelo Setor Militar, esta célula passou a ter uma atuação política organizada, e o trabalho revolucionário consistia em passar e receber literatura marxista-leninista e orientação partidária -desenvolvendo-se satisfatoriamente nos quartéis às vésperas de 35. Além dessa presença nos quartéis, havia militantes em praticamente todas as fábricas potiguares. Evidente, somente isto não explica a erupção destes movimentos ou a efetiva inserção do Setor Militar no Rio Grande do Norte, pois questões locais, regionais e corporativas também influenciavam o processo político. Os contatos entre civis e militares comunistas eram freqüentes na capital e, concretamente, havia uma autonomia do Setor Militar com a Direção do PC. A própria decisão de precipitar o levante ocorreu devido à insatisfação dos militares nos quartéis, confrontando a orientação partidária; diferente do quadro insurrecional de Recife (Oliveira Filho, 1985: 54; Alves Filho, 1997: 38; Vianna, 2007: 248).

Havia uma orientação concreta, desde 1929, mas o Antimil desenvolveu-se de maneira relativamente autônoma, através de núcleos isolados em várias unidades militares espalhadas pelo país. Nessa linha de análise, importa verificar a factibilidade da hipótese de sua relativa autonomia. Em alguns casos, o setor rearticulou-se com a Direção Nacional somente às vésperas de 1935, seja pelo auxílio dinâmico da organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL), seja pelo fato de o setor já existir e operar sob condições de estrita clandestinidade, articulado à direção; ou por se integrar ao processo revolucionário de forma mais incisiva neste período. Algumas biografias reforçam essa hipótese.

Gregório Bezerra (1979) é um exemplo. Histórico militante comunista, sargento do Exército, suas memórias, afirma que recebeu tímidas influências à esquerda quando soube da revolução russa e que, posteriormente, teve algum contato com A Nação, jornal sob influência do PCB. Através deste instrumento, realizou suas primeiras leituras marxistas, dentro de sua unidade militar. Filiou-se ao partido em Recife, em janeiro de 1930, mas ficou sem orientação durante algum tempo. Todavia, foi em Fortaleza que Bezerra organizou uma célula Setor Militar com 05 membros, sem qualquer ligação orgânica ou orientação com a Direção

Nacional. Nela, lia-se o material partidário e livros, promoviam-se debates, e seus militantes atuavam na proteção em comícios operários contra os integralistas.

Nas páginas seguintes de sua autobiografia, apresenta a formação de um Círculo Socialista no Colégio Militar, também com 05 membros que, apesar de parecer outro grupo, pode ser o anteriormente citado. Na falta de sede, o grupo reunia-se em piqueniques na praia, realizava frequentes leituras de clássicos de Lênin, Gorki, e atuava entre os alunos, inclusive em outros colégios. Bezerra registra também a organização de outra célula na Brigada Militar, com 13 membros, alguns oficiais que intervinham de forma decisiva em passeatas e comícios. Tanta agitação na pequena e pacata Fortaleza não passaria despercebida de seus superiores e colegas de farda. Devido às características da atuação do Setor Militar e da célula que dirigia, ocorreu forte vigilância da oficialidade. Denunciado como comunista, Bezerra foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, mas retornou para Recife, onde participou ativamente do levante de 35.

Na cidade, foi contatado pelo PCB (bem organizado, coeso e disciplinado) e recebeu orientação de não se expor a tarefas civis, já que sua intervenção estaria reservada ao Setor Militar. Isto trouxe alguns dissabores, porque era procurado por operários para participar como proteção em comícios, mas não podia aceitar. O momento era da formação da ANL que, devido ao seu crescente prestígio no Estado, encontrava enorme receptividade em todos os segmentos da sociedade. Por orientação da Direção, começou a atuar com os militares, paralelamente ao crescimento da ANL.

Mesmo após o fechamento da ANL, há o registro da exponencial atuação do Setor Militar, com a adesão de muitos aliancistas e crescimento de suas atividades em vários quartéis do Exército, da Polícia Militar e Guarda Civil. Às vésperas do levante de 1935, esta intervenção também incorporou os Bombeiros.

Destaca-se que a militância de Bezerra, dessa vez, decorria de uma orientação e umbilicidade com a Direção, já tendo clara a preparação de um levante. Nesse sentido, ele se desdobrava em participar e estar presente em discretíssimas reuniões para receber orientação e repassá-la ao Comitê Militar –dinamizando a organização existente antes de sua chegada.

Em Recife, o Antimil articulava oficiais, suboficiais e soldados nas mesmas células, como no Ceará, mas diferentemente do Setor Militar de Natal. Porém, com a derrota da insurreição, Bezerra foi preso e expulso do Exército, amargando 10 anos de prisão. Retornou à militância no PCB até sua morte nos anos 80, mas não no Exército.

Agildo Barata (1962) foi um militar comunista com trajetória política diferenciada à frente do Antimil. Exponente histórico do movimento tenentista na Revolução de 30, exilado em Portugal por discordância dos rumos do processo

(e por conspirar contra Getúlio Vargas), aos poucos perderia suas ilusões com os tenentes que aderiam ao poder, muitos deles amigos de longa data, como Juraci Magalhães. Faria gradualmente sua rotação ao marxismo na volta do exílio. Com a anistia, aderiu ao Partido Comunista que o orientou a se reintegrar ao Exército. Como a primeira edição de suas memórias é dos anos 60, foi bastante cauteloso em expor datas e nomes. Relata que foi procurado por seu antigo companheiro do Setor Militar: C.L. O nome não foi mencionado, provavelmente por razões de segurança, mas por analogia, no diálogo com Apolônio de Carvalho (1988), C.L. era Costa Leite. Pesquisas recentes indicam que foi um personagem singular nesse processo revolucionário, não apenas por ser merecedor de registro nessas memorialísticas, mas pelo fato de ter sido um dos principais conspiradores do movimento (Zimbarb, 2002: 119).

Aparentemente, Barata passou a receber orientação do Setor Militar, neste período que antecedeu à formação da ANL. No entanto, ressalta que militou isolado durante alguns meses, inserindo-se organicamente aos poucos. Logo foi transferido para o Rio Grande do Sul, após contato com a direção do PCB naquele Estado. Curiosamente, ao contrário de muitos militantes, Barata pontuou o incômodo e o desconforto de intervir politicamente sob estrita clandestinidade, algo necessário entre os militares, mas que na sua leitura era grandemente favorecido pela liturgia comunista. Tal questionamento talvez se deva ao fato de haver passado de uma fase de conspiração como tenente, e por ter escrito suas memórias após ser expulso do PCB. Em Porto Alegre, antes de assumir sua designação em São Leopoldo, teve contato mais uma vez com C.L., com o Capitão Rolim e também um tenente responsável pelo Antimil.

A orientação direta do Setor Militar pavimentou a formação da Aliança Nacional Libertadora naquela localidade e, como ressaltou Barata (1962), ali sua militância encontrou algum efeito. Na época, a ANL encontrou grande receptividade e seu crescimento em vários municípios refletiu o respaldo do dinamismo dos comunistas. Porém, sua militância em São Leopoldo não durou muito tempo. Preso, transferido para o Rio de Janeiro, e recontatado pelo Antimil através de Leivas Otero (coordenador da célula comunista no III R.I.), reintegrou-se à militância naquela unidade, cujo efetivo não passava de uma quinzena de membros entre 30 aliancistas. Após a orientação do *Comitê Revolucionário* (como intitulou o Setor Militar), que respondia diretamente a Prestes, veio a ordem do levante. O epílogo é bem conhecido. Depois disso, não há mais menções de sua atuação junto aos militares, mas permaneceu como dirigente importante do PCB, até sua saída em 1957. Por seu relato, percebe-se que sua militância comunista desenvolveu-se quase que totalmente sob a orientação direta do Setor Militar, particularmente com C.L. como Assistente Político e seu elo de ligação. Como veremos, C.L. não foi próximo somente de Agildo Barata.

É o caso de **Apolônio de Carvalho** (1988) cuja trajetória tem nuances curiosas. Ele adveio politicamente do tenentismo de esquerda, embora na época já houvesse células do PC na Escola Militar. Sua formação política teve a contribuição de outras mediações: uma delas familiar; outras associadas a uma série de leituras marxistas que desenvolvia autonomamente. A Escola Militar seguramente contribuiu para esta rotação à esquerda, pois conviveu com muitos professores, intelectuais de esquerda e alunos, entre os quais Nelson Werneck Sodré e Ivan Ribeiro (membro do PC). Designado para servir em Bagé no Rio Grande do Sul, Carvalho relata que a ANL mudou sua postura inicial de *um mero espectador da cena política nacional*, já que ali conheceria muitos militares. Alguns eram extra-oficialmente desterrados, servindo no Estado quase como punição mas, dentre eles, uns foram decisivos para seu processo de adesão à ANL, como o Capitão Rolim (citado por Agildo Barata). Aos poucos, envolvia-se e era envolvido por canais sinuosos no processo de organização da entidade, que em Bagé era uma babel ideológica composta por aliancistas, anarquistas e comunistas.

Entretanto, com a ilegalidade da ANL e o imobilismo decorrente do processo político, em suas memórias, Carvalho (1988) resgatou a esperança de continuar uma intervenção política com seu novo comandante: o Major Costa Leite, seguramente o C.L. relatado por Agildo Barata. No entanto, não recebeu mais que vagas orientações. Costa Leite articulava-se com membros do PC e mantinha um trabalho clandestino, mas Apolônio ainda não era um filiado. Aos poucos, era revelado um plano de levante armado, mas para 1936, e ambos foram surpreendidos pelo levante de Natal. Sob a orientação de Costa Leite, Apolônio deixou-se prender, considerando que nada havia de suspeita quanto à sua participação. Na prisão, no Rio de Janeiro, emergiu o mais interessante do seu relato: sua rotação ao PC. Entraria preso na condição de um tenente de esquerda e dali sairia um militante comunista. Só não ocorreria sua incorporação, devido a uma norma partidária de não se recrutar quadros na prisão. Considerou que foi na prisão que sua reflexão e intervenção política adquiriram contorno de conteúdo à paixão de mudar o mundo, seguramente a primeira escola de formação política brasileira.

Ao que tudo indica, a orientação recebida de Costa Leite foi acertada, pois Apolônio e centenas de presos políticos sem processos foram libertados pela Macedada (a parcial anistia política concedida por Vargas). Foi contatado pelo Setor Militar e, em um encontro com Octávio Malta (futuro autor de um clássico sobre o tenentismo), recebeu com outros militares a tarefa de seguir na Guerra Civil Espanhola -encerrando sua presença no Setor Militar, que mal se iniciara. Há também uma curta referência a uma intervenção junto aos militares nos anos 50, quando esteve à frente e dirigiu o *Jornal O Patriota* (Batibugli, 2004: 94; Zimbarg, 2002: 152; Carvalho, 1988).

Praticamente, era o fim de um ciclo histórico. Depois de 1935, de alguma forma, o Setor Militar foi preservado e, apesar do PCB ficar acéfalo devido à repressão entre 1940 e 1941, houve a presença militante de núcleos isolados pelo país. Em 1942, (re)emergiu a política de União Nacional (em gestação desde 1938, sofrendo as vicissitudes do cenário político), e o partido encontrou condições mínimas de se rearticular nacionalmente. O quadro político internacional também havia se alterado com a entrada da URSS no conflito. A declaração de guerra do Brasil aos países do eixo resultou em uma reorientação política interna do Estado Novo e também dos comunistas em relação ao regime. Com a organização da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) iniciou-se o processo de reorganização do PC, liderado por ex-tenentes como Ivan Ribeiro e Leivas Otero, articulados com grupos comunistas de Estados –em um processo finalizado pouco depois (1943) com a realização da Conferência da Mantiqueira. A liderança da Secretaria Geral por Prestes (apesar de preso) foi reconhecida e, em sua reorganização, estabeleceu para o Comitê Central a maioria dos membros de origem militar, numericamente superior aos operários e intelectuais.

Todavia, há alguns registros da intervenção do Setor Militar entre 1943 até 1945, bem como sua presença militante e de organização nas Forças Armadas. Uma referência pontual está em um depoimento de **João Amazonas**, na época membro do Comitê Central. O histórico dirigente comunista relata a presença de um núcleo do Setor Militar atuando em tarefas de reorganização, no município de Alegrete (Rio Grande do Sul), apontando a figura do capitão Sérgio Machado que atuava junto aos militares, *um homem abnegado*, em suas palavras (Amazonas, 2004). Talvez, a intervenção mais significativa dos militares comunistas, nesse período, seja a presença militante do Antimil na Liga de Defesa Nacional. A entidade era extraoficialmente vinculada às Forças Armadas e convergia para uma política de propaganda antifascista, aglutinando militares a favor da entrada do país na guerra. Contava inicialmente, em seus quadros, com militares nacionalistas, ex-tenentes de esquerda e militares comunistas. Pouco depois, com a oxigenação política dos meses finais da guerra, que anunciava a “democracia”, a Liga ganhou vulto e reconhecimento político, em grande medida devido à dinâmica presença dos militares comunistas e seus simpatizantes que praticamente hegemonizariam a entidade (Malina, 2001; Amazonas, 2004).

Contudo, se a presença comunista na Liga de Defesa Nacional é uma das maiores referências sobre a intervenção do Setor Militar, vale registrar que também se articulava com uma célula composta por combatentes comunistas da Força expedicionária Brasileira (FEB), organizada e atuante no cenário italiano de guerra. Ao que tudo indica, este núcleo foi responsável pela elaboração de um manifesto na Itália a favor da democratização: *A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional*. Não coincidentemente, o documento foi dirigido à Liga de Defesa

Nacional, assinado por centenas de oficiais, em maioria tenentes e capitães. O manifesto refletia a linha política do PCB sobre a União Nacional, pressupondo que esta célula tivesse uma intervenção política orientada pela Direção no Brasil. Sua organização, constituição e suas formas de intervenção naquele cenário são desconhecidas, mas vários de seus membros já eram militares, orgânica e historicamente vinculados ao Antimil, antes mesmo de serem combatentes enviados à linha de frente de batalha.

Entre eles, havia históricos tenentes e conhecidos revolucionários, como Leivas Otero, um dos responsáveis do Setor Militar no III RI em 1935 e membro do Comitê Central do PCB em 1943. Havia também Salomão Malina, Fortunato Câmara, Kardec Lemme, Henrique Cordeiro Oest, entre outros militares comunistas de significativa presença no cenário político nacional, no final do conflito. Devido às suas credenciais, é provável que Leivas Otero tenha sido o Assistente Político desta célula, talvez do Setor Militar. Por fim, também um dos signatários, Almir Neves seria o Assistente do Setor Militar, até às vésperas de sua dissolução nos anos 90.

O documento apresenta ainda algumas particularidades importantes sobre a intervenção do Setor Militar. O fato desse manifesto ter sido assinado somente por oficiais sugere um aspecto novo quanto à sua organicidade, que seria uma característica do pós 45: a divisão do Antimil por armas e por patentes. É mais uma hipótese, já que o manifesto sugeria uma nova esfera de intervenção, sem suboficiais ou praças, embora houvesse muitos militantes comunistas entre eles nos campos de batalha. Jacob Gorender era um soldado e, já militante comunista quando convocado, admitiu o conhecimento do documento, mas sinalizou não ter tido influência alguma na sua elaboração ou mesmo em sua veiculação (Penna, 2009).

De certa forma, a fase pós 1945 refletiu uma lição daqueles anos, principalmente com a derrota de 1935, na organização e na estrutura do Setor Militar. Um aspecto a ser considerado é a cultura política partidária pautada no *obreirismo*, ainda muito presente entre os militantes comunistas, como expressão de uma leitura de mundo e norma de conduta. Em síntese, essa concepção procurava forjar proletários autênticos e, seguramente, refletiu entre os militares comunistas, já que nessa fase inicial do Setor Militar havia uma relação militante conjunta entre oficiais e subalternos. Contudo, entre os militares, o obreirismo também se refletia nos documentos partidários, onde soldados, cabos e sargentos eram vistos como elementos de massa, e os oficiais como representantes da pequena burguesia, portanto, afeitos às suas vicissitudes de classe (Aianna, 2007; Zimburg, 2002). Esta característica de valorização do proletário refletia-se também em muitas células no Setor Militar, devido à presença conjunta de oficiais, suboficiais e soldados, minimizando por hipótese, a questão hierárquica.

A formulação deste documento, *A FEB - Símbolo Vivo da União Nacional* em 1945, sugeria um esforço novo e diferenciado sobre aos métodos de intervenção e até de correntes, entre os militares comunistas, possivelmente devido à necessidade de se buscar maior adesão de novos militares ao PCB, pós 2ª guerra. Mas, para pavimentar esta política, haveria também a necessidade de superar o forte caráter de classe do obreirismo, que confrontava os pressupostos da cultura castrense: a hierarquia e a disciplina. Suas conseqüências foram desastrosas para a militância do PCB, cuja experiência anterior desautorizava sua continuidade entre os militares. Em última instância, sinalizava para uma nova tendência e expressava a resistência dos próprios militares de esquerda, que viam nestes pressupostos um impedimento para a integração, considerando hierarquia e disciplina normas a serem preservadas e valorizadas entre seus pares, mesmo sendo militantes comunistas. Afinal, o próprio Exército Vermelho tinha restabelecido estas normas como um pilar das instituições militares modernas.

Há outra razão fundamental para se confirmar essa nova política de intervenção. A divisão por patentes e armas refletia uma questão de segurança, observada na postura de muitos subalternos em 1935, quando presos e interrogados. Quase todos os praças procuraram se inocentar, alegando terem sido obrigados a participar do movimento por ordens superiores, não sendo, portanto, responsáveis por seus atos. Exceção digna de nota foi do Sargento Gregório Bezerra, que não fugiu às suas responsabilidades (Vianna, 2007: 306). Não é um argumento isolado, mas este aspecto será reafirmado por muitos militares comunistas do setor Militar nos anos 50 como a razão de se operar com esta divisão entre seus pares (oficiais e praças), embora o Assistente Político fosse o mesmo em muitas células.

Com este ciclo, finalizou-se uma etapa de intervenção do Setor Militar nas Forças Armadas, iniciada em 1929, e iniciou-se a pavimentação de outra etapa com a “democratização” pós queda do Estado Novo, incorporando lições daquele processo. Em 1945, o PCB cresceu nas Forças Armadas devido ao prestígio do socialismo na ordem do dia, ao prestígio de Luiz Carlos Prestes, ao exemplo de bravura de muitos militares comunistas nos combates de batalha europeus e dos que saíam da prisão, dignificados pelo comportamento no período de reclusão, pós 35. Esse cenário foi magistralmente recuperado anos depois por Graciliano Ramos em suas *Memórias do Cárcere*. Esta presença de militares e militantes foi significativa no Comitê Central e nas eleições para a Constituinte de 1946, quando se elegeram 04 parlamentares comunistas de origem militar.

Ao que tudo indica, os ventos liberalizantes e democratizantes sugeriam o início de um novo ciclo histórico do Setor Militar, reflexo de uma etapa histórica, cujo epílogo foi a 2ª Guerra e o início da Guerra Fria. Este é outro debate e, com

a democracia em curso, iniciou-se uma fase muito atuante do Setor Militar, e bem diferenciada quanto à agenda política. Há sugestivamente maior centralização organizacional, e intervenção política diretamente orientada por um Assistente Político, que respondia a Luiz Carlos Prestes no Comitê Central. Esta orientação esteve presente até o golpe de 1964. Depois das sucessivas quedas, cassação dos militares comunistas, o Setor Militar retornou à condição de núcleos autônomos operando sob estrita clandestinidade, muitas vezes à margem da Direção, principalmente durante o período em que praticamente todo o Comitê Central esteve no exílio. Este, no entanto, é outro debate.

Bibliografia

- ALMEIDA, Francisco Inácio (org.) (2002). *O último secretário: a luta de Salomão Malina*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP.
- ALVES, FILHO. Ivan (1997). *Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BARATA, Agildo (1962). *Vida de um Revolucionário* (Memórias). Rio de Janeiro: Editora Melso.
- BASBAUM, Leôncio (1978). *Uma vida em seis tempos* (Memórias). São Paulo: Ed. Alfa-Omega.
- BEZERRA, Gregório (1980). *Memórias*, Vol. I, II, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- BROUÉ, Pierre (2007). *História da Internacional Comunista: 1919-1943*. Tomo II. São Paulo, Ed. Sundermann.
- CARVALHO, Apolônio (1998). *Vale a pena sonbar*. Rio de Janeiro: Ed. Roco.
- CUNHA, Paulo Ribeiro (2009). Um manifesto elaborado no calor das batalhas. In: PENNA, Lincoln (org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers.
- DEL ROIO, Marcos (1990). *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB – 1928/1935*. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros.
- MAFFEI, Eduardo (1984). *A Batalha da praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobibliion.
- MORAES, João Quartim (2005). *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular.
- OLIVEIRA, FILHO. Moacir (1985). *Praxedes: um operário no poder - a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega.

- SODRÉ, Nelson Werneck (1965). *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA (1988). Manifestos, Teses e Resoluções do 1º Congresso. vol. 1. Introdução de Tau Golin. *Cadernos de formação marxista* 3. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA (1988). Manifestos, Teses e Resoluções do 2º Congresso. vol 2. Introdução de Tau Golin. *Cadernos de formação marxista* 4. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA (1988). Manifestos, Teses e Resoluções do 3º Congresso. vol. 3. Introdução de Tau Golin. *Cadernos de formação marxista* 5. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes (2007). *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras/Expressão Popular.
- ZIMBARG, Luis Alberto (2001). *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. Dissertação de Mestrado, História e Cultural Social. Franca: FCL/UNESP.